



**FUNAI**  
Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DO INTERIOR

CEDI - P. I. B.
DATA 31/05/93
COD. TFD 00003

DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES AUTO-SUSTENTADAS - DAU

COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS

RELATÓRIO DE VIAGEM

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PAULO AFONSO, BA:

ÁREA INDÍGENA TUXÁ/IBOTIRAMA

BRASÍLIA, DEZ/92



## INTRODUÇÃO

Atendendo às determinações constantes na Portaria PP Nº1467 de 25/09/92 a qual cria Grupo de Trabalho para estudos da situação atual da população Tuxá - hoje dividida nos Municípios baianos de Rodelas e Ibotirama - foi realizada viagem à cidade de Ibotirama com o objetivo maior de colher dados que viessem a subsidiar a Presidência da FUNAI no relacionamento com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, no tocante ao Convênio assinado entre as duas instituições.

Em virtude da construção da Hidrelétrica Luiz Gonzaga e formação do lago inundando as terras indígenas, criou-se a necessidade de deslocamento e posterior assentamento de várias famílias habitantes na região entre as quais os índios Tuxá; com o propósito de ordenar tal assentamento, foi assinado o Convênio acima mencionado que, passados 6(seis)anos de sua assinatura, não foi cumprido na sua totalidade, criando transtornos traduzidos por;

- frustração e descrédito nas instituições envolvidas, por parte da população indígena e
- sensível piora na qualidade de vida da população indígena.

Tais conseqüências ficarão evidentes a partir da análise da situação atual vivida pela população Tuxá, em parte retratada no presente documento.

## SITUAÇÃO ATUAL

A Área Indígena Tuxá-Ibotirama localiza-se no Centro-Oeste do Estado da Bahia, conta com aproximadamente 2.000 ha, totalmente cercada e situa-se na margem esquerda do Rio São Francisco, distante 12Km do Município de Ibotirama.

Conta com uma população de aproximadamente 479 pessoas e 98 famílias entre índios e não índios.

Parte da Reserva é periodicamente inundada, causando diversos tipos de transtornos, visto que nesse período a população indígena fica praticamente isolada do Município de Ibotirama dada a dificuldade em se conseguir embarcação para o transporte, além de prejudicar suas atividades agrícolas devido a perda total do plantio da beira do lago. Este assunto será melhor detalhado mais adiante no item denominado Questões Técnicas.

A maior parte das famílias Tuxá de Ibotirama habita casas construídas pela CHESF, localizadas em lotes de 12X50m onde cultivam nos quintais manga, jaca, caju, banana, cana, serigüela, uva, abacaxi, feijão de arranque, feijão de corda, algodão herbáceo, mandioca, laranja, limão, melancia, abacate, gergelim, batata-doce, amendoim, côco, abóbora; possuem pequenas criações de galinhas, patos e suínos, atividades essas destinadas principalmente à subsistência familiar.

Algumas famílias cercam ainda mais de um lote na intenção primeira de garantir o local para construção das casas dos filhos, no futuro; tal prática, a princípio, além de ser relativamente comum, é aceita pela população, já que ainda existem lotes vazios.

Algumas famílias possuem ainda áreas dentro da reserva, de tamanhos variados, onde cultivam principalmente feijão de corda e/ou de arranque; não cultivam mandioca como desejariam devido ao fato de que a casa de farinha, prevista no Convênio, ainda não foi concluída, conforme detalhamento a seguir.

Algumas famílias possuem criação de gado bovino e de equinos, sendo que estes são utilizados como tração animal (prática esta pouco difundida, apesar de suas vantagens e de seu razoável potencial, principalmente nas condições de cultivo da AI Tuxá/Ibotirama).

Resumindo, as atividades produtivas da população em questão se resumem as mencionadas abaixo, salientando que são bastante incipientes, conforme observado em seguida:

- cultivo nos quintais, notadamente fruteiras, entre outras espécies como cana, mandioca e abóbora;
- cultivo de feijão de corda e feijão de arranque a partir dos meses de outubro e novembro, sendo que muitas vezes ocorrem perdas consideráveis devido ao regime de chuvas;
- cultivo na beira do rio de culturas variadas, porém principalmente cebola, tomate, melão; quando este cultivo ocorre nos meses de chuva (a partir de outubro/novembro), ocorre muitas vezes perda total devido às enchentes do Rio São Francisco, de forma que a atividade agrícola na beira do rio é mais intensa na época da vazante e
- criação de galinhas, patos e suínos nos quintais e de gado bovino e eqüinos de forma extensiva.

Foi observado que tais atividades são custeadas com os recursos provenientes da verba de Manutenção Temporária - VMT - proveniente da CHESF (item do Convênio) e de apoio do órgão indigenista oficial.

As condições de desenvolvimento de tais atividades ocorrem de forma precária, devido fundamentalmente aos seguintes fatores:

- o pagamento da VMT sem exigência no bojo do Convênio de qualquer tipo de contrapartida da população indígena em termos de desenvolvimento de atividades produtivas como forma de complementar tal remuneração, já que, conforme reclamam os índios, é baixa, estipulada em aproximadamente CR\$820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros) no mês de novembro de 92. Tal fato caracteriza atitude extremamente paternalista, gerando uma acomodação crônica na população e conseqüente diminuição na qualidade de vida, pois muitas famílias sobrevivem apenas desse recurso.
- a FUNAI se vê incapacitada de prestar um apoio mais intenso devido as baixas dotações orçamentárias além de ter que, muitas vezes, priorizar outras Áreas Indígenas com problemas mais graves e que dependem apenas dos recursos orçamentários do órgão indigenista oficial e
- a demora na efetiva implantação dos sistemas de irrigação previstos no Convênio (por sulcos na beira do rio e por aspersão na parte alta), demora na finalização da construção da Casa de Farinha e do



FUNAI  
Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DO INTERIOR

05

Armazém, bem como demora na aquisição de meio de transporte (escoamento) da produção agrícola.

Observamos ainda que a VMT é em grande parte consumida na aquisição de gêneros alimentícios que poderiam ser produzidos dentro da Área Indígena, alimentando o processo de empobrecimento dessa população, já que tal recurso não acompanha os aumentos constantes dos preços dos gêneros necessários.

Do acima exposto conclui-se a necessidade de se repensar o Convênio como um todo, a partir de alguns princípios, conforme observado a seguir:

#### PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS

- o nível de tecnologia a ser empregado no desenvolvimento das atividades produtivas a serem previstas no Convênio deverá estar condizente com a capacidade de entendimento e assimilação pela população indígena e deverá demandar pequenos custos para implantação e manutenção de forma a diminuir drasticamente as dependências tecnológica e econômica da população beneficiada em relação à população envolvente; tais atividades deverão ser desenvolvidas obedecendo práticas que não prejudiquem o equilíbrio ambiental. Como exemplo, poderíamos citar o incentivo à utilização de tração animal para preparo de solo, plantio e tratamentos culturais;
- deverá ser realizado estudo do tamanho do lote que, de acordo com as condições ambientais, o nível de tecnologia, as práticas previstas, a existência ou não de comercialização da produção, o montante de recursos envolvidos, além de outros fatores, seja suficiente para manter uma família em boas condições de vida, de forma que se garanta um processo de desenvolvimento auto-sustentado; para tanto deverá existir uma equipe com função de exercer um acompanhamento através de indicadores sócio-econômicos pré-estabelecidos, das características gerais de vida da população.
- paralelamente ao apoio às atividades produtivas a população indígena deverá ser incentivada a tomar para si, gradativamente o gerenciamento

mento das ações previstas no Convênio, inclusive a concepção, elaboração, execução e avaliação das mesmas, atuando dessa forma como co-responsável pelos resultados obtidos, deixando de lado o papel de mero receptor dos benefícios;

- para desenvolvimento desses trabalhos deverá ser lotada no Posto Indígena uma equipe de técnicos, multidisciplinar, que será responsável, juntamente com as lideranças e a população indígena, pela execução do Plano de Trabalho previamente estabelecido e pela avaliação de tais atividades e

- o Convênio deverá vigorar pelo tempo que for necessário para a população indígena consolidar seu processo de desenvolvimento auto-sustentado.

#### QUESTÕES TÉCNICAS

Neste item serão abordados alguns aspectos de caráter técnico com relação às atividades produtivas previstas no Convênio, algumas de caráter mais imediato como o preparo de solo, a comercialização da produção e o manejo da beira do rio, outras de caráter mais permanente como a obtenção de crédito e a construção da estrada.

Com relação ao preparo de solo, recentemente a população indígena solicitou que fosse paralisada tal atividade, pois a mesma estava sendo realizada utilizando-se trator; a população alegava na ocasião, com bastante propriedade, que a vegetação era rala e que o preparo mecanizado prejudica a camada superficial e mais fértil do perfil do solo, motivos que se basearam para ambargar os trabalhos; além disso, solicitaram que fosse estudada pela CHESF a possibilidade do Convênio custear o preparo manual que seria realizado pela população indígena, faltando apenas acertar o valor da remuneração.

Voltando ao conceito de desenvolvimento auto-sustentado e na intenção de incentivar o uso de tecnologias já de domínio da população indígena e priorizar mais baixos custos de implantação e manutenção em relação ao cultivo mecanizado, cabe sugerir que seja incluído no Convênio, após discussão entre as partes envolvidas, o cultivo por tração animal pois, além dessas características já mencionadas, se



FUNAI  
Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DO INTERIOR

07

adequa ao sistema produtivo daqueles indígenas.

Outra observação levantada na época da viagem diz respeito à solicitação de implantar a adutora do projeto de irrigação apoiada em blocos de concreto, acima do solo e não enterrada como está sendo feito, de forma a facilitar os trabalhos de manutenção; há que se ressaltar que nos primeiros testes com o sistema já ocorreram vazamentos, dificultando os reparos.

Com relação ao sistema de abastecimento de água potável para as casas, a comunidade reclama ser necessária a realização de limpeza nos filtros e maior atenção para o tratamento contra doenças veiculadas pela água.

Ponto importante se refere à construção de nova estrada, com saída na estrada que liga Ibotirama a Salvador, objetivando eliminar os problemas com enchentes. O Chefe de Posto, juntamente com a liderança indígena se encarregaram de efetuar o orçamento já que se faz necessário custear os gastos com cascalhamento, manilhas e aterros, além de aquisição de grampos e arame farpado que acompanharão a estrada; há que se ressaltar que tal estrada, após deixar a Área Indígena, atravessa duas fazendas, cujos proprietários já estão de acordo, desde que se construa a cerca margeando a estrada.

Nas conversas mantidas com a Chefia do Posto e com a Comunidade, alertamos para o fato de que os cultivos na beira do rio deixassem uma faixa com vegetação nativa e que fosse realizado somente na vazante pois aproveitariam a adubação natural e não ocorreriam perdas com as enchentes periódicas.

Alertamos também quanto as dificuldades em se obter Crédito Agrícola junto à rede bancária, pois existem as questões da garantia e do reembolso no caso da perda da safra; observamos que só seria possível no caso de haver uma política diferenciada que pudesse ser aplicada em Áreas Indígenas.

Observamos ainda que a cidade de Ibotirama e arredores não possui condições de absorver a produção agrícola proveniente da Área Indígena, já que seu comércio ainda é bastante incipiente; sugerimos

que seja previsto no Convênio um sistema de armazenamento adequado de tal produção e que seja estudado todo um processo de comercialização, que garanta retorno para a população indígena caracterizando o sistema auto-sustentado. Faz-se importante preparar a população indígena para exercer o gerenciamento dessa comercialização.

#### PENDÊNCIAS DO CONVÊNIO

Com base no documento da CHESF CR/DE/GEI-0110/91 de 06/09/91, observamos a seguinte situação existente quando da época da nossa viagem:

#### COMPROMISSOS ATENDIDOS:

1. Construção da Aldeia: casas já construídas, faltando casas destinadas aos recém-casados.
2. Sistema de Abastecimento de Água e Energia: a dúvida reside em qual instituição fará os trabalhos de manutenção e limpeza; já estão concluídos.
3. Construção do Posto Indígena: já construído.
4. Construção do Posto de Saúde: já construído, porém falta pessoal e parte do equipamento.
5. Casa de Farinha: faltam os equipamentos, além de ter sido construída muito alta, aumentando os riscos com os ventos fortes da região; já apresentando rechaduras e destelhamento.
6. Casa de Orações: necessita construção de igreja, já que o local de culto dos índios já foi construído.
7. Escola Rural: já construída, apresentando destelhamento e necessita limpeza periódica do terreno no seu entorno.
8. Linha de distribuição em 13,8KV/380KW na beira do rio: postes mal assentados, apresentando inclinação devido à enchente de 90/91.
9. Praça Central: iluminação concluída em julho/91, necessitando limpeza periódica e urbanização.



#### COMPROMISSOS POR ATENDER:

1. Conclusão Sistema Parcelar do Projeto de Irrigação por Aspersão Móvel - previsto para dezembro/91: foi alterado o projeto pois antes era fixo; adutora sendo implantada e preparo de solo interrompido , conforme já mencionado.
2. Montagem de 15 bombas de 7,5CV para irrigação por sulco na Beira do Rio, previsto para outubro/91: ainda não concluído pois ocorreram problemas com a implantação da rede de distribuição(postes mal assentados) e comercialização dos lotes entre membros da comunidade.
3. Complementação Casa de Farinha e Aquisição Despoldadeira de Arroz: Casa de Farinha não concluída e aquisição da despoldadeira ainda não realizada.
4. Caminhão 3,5 ton: ainda não adquirido.

#### CONCLUSÃO

Observamos que a demora na implantação dos itens previstos no Convênio aliada a falta de uma atuação mais firme do órgão indigenista oficial no sentido de prestar o devido assessoramento são as principais causas dos problemas que hoje ocorrem na AI Tuxá/Ibotirama

As dificuldades que hoje a FUNAI enfrenta como inexistência de recursos orçamentários suficientes, inexistência de reciclagem do corpo técnico, inexistência de um acompanhamento mais eficiente das atividades desenvolvidas, sucateamento da infra-estrutura material , entre outras, estão na base dos problemas que hoje ocorrem nas áreas indígenas.



**FUNAI**  
Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DO INTERIOR

10

Somente a constituição de um grupo de trabalho interdisciplinar, contendo técnicos da FUNAI e da CHESF e contando ainda com a participação de membros da liderança indígena será capaz de reverter tal quadro. Há necessidade também de contar com o apoio de técnicos com comprovada experiência indigenista para atuarem como consultores.

Finalizando, reforçamos aquilo que foi mencionado na Conclusão do Relatório da Viagem à AI Tuxa/Rodelas, quanto a necessidade de uma atuação mais efetiva da FUNAI.

Brasília, dezembro de 1992.

*Jose Augusto Lopes Pereira*  
Coordenador da CAP/DAU